Art. 3.º Como compensação dos créditos designados no artigo anterior, efectuam-se as seguintes alterações ao Orçamento Geral do Estado em execução, representativas de aumentos de previsão de receitas e de redução em verbas de despesa:

Orçamento das receitas do Estado

Capítulo 7.º, artigo 222.º «Reposições não abatidas nos pagamentos»	619.433\$50	
Capítulo 9.º, artigo 285.º «Produto da venda de títulos ou de empréstimos a realizar»	4:500.000\$00	
Capítulo 9.º, artigo 288.º «Importância de parte dos saldos de contas de anos económicos findos a aplicar a:»	15:646.198\$36	20:765.631\$86

Ministério das Finanças

Capítulo 1.º, artigo 7.º, n.º 2)	237.327\$00	
Capítulo 1.º, artigo 10.º, n.º 1)	1:800.000\$00	
Capítulo 1.º, artigo 10.º, n.º 2)	400.000\$00	
Capítulo 10.º, artigo 152.º, n.º 1)	330.000\$00	
Capítulo 11.º, artigo 192.º, n.º 1)	45.000\$00	2:812.327\$00

Ministério da Justiça

Capítulo 2.º, artigo 10.º, n.º 1)	2.000\$00	
Capítulo 5.º, artigo 80.º, n.º 1)	18.720\$00	
Capítulo 7.º, artigo 266.º, n.º 1)	50.000\$00	
Capítulo 7.º, artigo 276.º, n.º 2)	100.000\$00	
Capítulo 7.º, artigo 286.º, n.º 1)	24.000\$00	
Capítulo 7.º, artigo 295.º, n.º 2)	850.000\$00	
Capítulo 7.º, artigo 305.º, n.º 1)	18.000\$00	
Capítulo 7.º, artigo 319.º, n.º 2)	55.000\$00	
Capítulo 7.º, artigo 329.º, n.º 1)	40.000\$00	
Capítulo 7.º, artigo 343.º, n.º 1)	350.000\$00	
Capítulo 7.º, artigo 353.º, n.º 1)	200.000\$00	
Capítulo 7.º, artigo 363.º, n.º 1)	21.000\$00	1:728.720\$00

Ministério da Guerra

Capítulo 9.º, artigo 129.º, n.º 1)	50.000\$00	
--	------------	--

Ministério da Marinha

Capítulo 6.º, artigo 187.º, n.º 1)	360.000\$00	
--	-------------	--

Ministério das Obras Públicas

Capítulo 8.º, artigo 115.º, n.º 1), alínea a)	151.880\$00	
---	-------------	--

Ministério das Colónias

Capítulo 11.º, artigo 99.º, n.º 1)	6.000\$00	
--	-----------	--

Ministério das Comunicações

Capítulo 1.º, artigo 4.º, n.º 1), alínea a)	50.000\$00	
Capítulo 2.º, artigo 22.º, n.º 1)	23.000\$00	
Capítulo 3.º, artigo 43.º	100.000\$00	173.000\$00
		26:047.558\$86

Art. 4.º No orçamento privativo do Fundo Especial de Caminhos de Ferro presentemente em execução são autorizadas as seguintes modificações:

Artigo 10.º, n.º 7) «Representação em comissões, congressos, viagens de estudo, etc.»	+ 100.000\$00
Artigo 4.º, n.º 1) «Caminhos de ferro», alínea a) «Estudos, construção de novas linhas, etc.»	— 100.000\$00

Art. 5.º A dotação de 20.000\$ descrita sob o n.º 1) «De móveis» do artigo 14.º, capítulo 2.º, do orçamento em vigor no Ministério das Comunicações, reforçada com 74.000\$ pelo artigo 2.º deste diploma, passa a figurar com a seguinte observação:

(a) Por esta verba serão satisfeitas as despesas com a instalação do gabinete do secretário geral e de uma antecâmara do mesmo gabinete.

sendo também autorizadas as seguintes alterações à redacção de rubricas, que passam a figurar como se descreve:

Ministério da Justiça

Observação (a) à dotação de 50.000\$ subordinada ao n.º 1) do artigo 4.º, capítulo 1.º:

(a) Compreende 35.000\$ para aquisição de mobiliário para as salas do gabinete.

Ministério da Educação Nacional

Observação (e) à dotação de 12.000\$ subordinada ao n.º 1) do artigo 71.º, capítulo 3.º:

(e) Compreende 11.000\$ para aquisição de mobiliário e outro material para as novas instalações.

Estas correcções orçamentais foram registadas na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos do § único do artigo 36.º e nos da parte final do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o aludido § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Abril de 1947. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellata de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caetano da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

Direcção Geral das Alfândegas

Decreto-lei n.º 36:240

Considerando o que foi exposto pelo Ministério da Economia;

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É prorrogado até 31 de Maio de 1947 o prazo de vigência do decreto-lei n.º 35:894, de 7 de Outubro de 1946, que concedeu isenção de direitos à batata importada.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Abril de 1947. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Augusto Cancellata de Abreu — Manuel Gonçalves Cavaleiro de Ferreira — João Pinto da Costa Leite — Fernando dos Santos Costa — Américo Deus Rodrigues Thomaz — José Caetano da Matta — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich — Teófilo Duarte — Fernando Andrade Pires de Lima — Daniel Maria Vieira Barbosa — Manuel Gomes de Araújo.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Direcção Geral dos Serviços de Urbanização

Decreto n.º 36:241

Considerando que foram adjudicados ao escultor Francisco Franco de Sousa os trabalhos de execução de

modelos em gesso das estátuas dos Reis D. João I e D. João II e de D. Nuno Álvares Pereira, e bem assim a fiscalização da respectiva reprodução;

Considerando que para execução de tais trabalhos foi fixado o prazo de mil e duzentos dias, que abrange o ano económico corrente, os anos económicos de 1948 e 1949 e ainda parte do de 1950;

Tendo em vista o disposto no § único do artigo 4.º do decreto n.º 27:563, de 13 de Março de 1937;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização a celebrar contrato com o escultor Francisco Franco de Sousa, pela quantia de 630.000\$, para os trabalhos de execução dos modelos em gesso das estátuas dos Reis D. João I e D. João II e de D. Nuno Álvares Pereira e fiscalização da respectiva reprodução.

Art. 2.º Não poderá a Direcção Geral dos Serviços de Urbanização despender com pagamentos relativos aos referidos trabalhos mais de 157.500\$ no corrente ano, 159.000\$ em 1948, 105.000\$ em 1949 e 208.500\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1950.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 22 de Abril de 1947. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — João Pinto da Costa Leite — José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich.

Repartição de Abastecimentos de Água e Saneamento

Portaria n.º 11:804

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas, nos termos do artigo 22.º do decreto-lei n.º 31:674, de 22 de Novembro de 1941, e do n.º 102.º da portaria n.º 11:338, de 8 de Maio de 1946, que aprovou o regulamento geral das canalizações de esgoto, dar a seguinte redacção ao artigo 48.º do regulamento do serviço de saneamento da cidade de Braga:

Artigo 48.º Para fazer face aos encargos da instalação e conservação do saneamento da cidade de Braga, é autorizada a respectiva Câmara Municipal a cobrar uma taxa de ligação e uma taxa de conservação não superiores, respectivamente, a 8 por cento e 2 por cento do rendimento colectável dos prédios.

Ministério das Obras Públicas, 22 de Abril de 1947. — O Ministro das Obras Públicas, José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Conselho Técnico Corporativo

Portaria n.º 11:805

Por se ter reconhecido conveniente modificar o regime respeitante ao comércio de bananas previsto na portaria n.º 9:893, de 9 de Setembro de 1941, ao abrigo da 2.ª parte do n.º 3.º e do n.º 7.º do artigo 1.º do decreto-lei n.º 29:904, de 7 de Setembro de 1939, e nos termos do § único do mesmo artigo: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério da Economia, o seguinte:

É revogado o disposto nos n.ºs 2.º, 3.º e 4.º da portaria n.º 9:893, de 9 de Setembro de 1941.

Ministério da Economia, 22 de Abril de 1947. — Pelo Ministro da Economia, José Augusto Correia de Barros, Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria.

Portaria n.º 11:806

Por terem desaparecido as circunstâncias que determinaram a publicação da portaria n.º 10:719, de 2 de Agosto de 1944:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Economia, ao abrigo do disposto nos decretos-leis n.ºs 29:904 e 31:564, de 7 de Setembro de 1939 e 10 de Outubro de 1941, respectivamente, o seguinte:

Fica revogada a portaria n.º 10:719, de 2 de Agosto de 1944.

Ministério da Economia, 22 de Abril de 1947. — Pelo Ministro da Economia, José Augusto Correia de Barros, Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria.

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Nos termos do artigo 7.º do decreto-lei n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, se publica que, por despacho de S. Ex.ª o Ministro da Economia de 3 do corrente mês, de harmonia com as disposições do § 2.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, foi autorizada a seguinte transferência de verba no actual orçamento do Ministério da Economia:

CAPÍTULO 14.º

Instituto Geográfico e Cadastral

Despesas com o pessoal:

No artigo 297.º — Outras despesas com o pessoal:

Do n.º 2) «Despesas de deslocação, subsídios de viagem e de marcha e de campo (decreto n.º 16:786, de 29 de Abril de 1929)» para o n.º 3) «Fardamentos, resguardos e calçados»

4.500\$00

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 9 de Abril de 1947. — O Chefe da Repartição, Manuel Moreira da Cunha.